

Coleção Lingua[gem]

1. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*, Marcos Bagno
2. *Línguagem & comunicar o social — visões da linguística moderna*, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
3. *Por uma linguística crítica*, Kanavilli Rajagopalan
4. *Educação em língua materna: a secundilingüística na sala de aula*, Stella Maris Bortoni-Ricardo
5. *Sistema, mudança e línguagem — um percurso pela história da linguística moderna*, Dante Luchesi
6. *"O português, sózinho" — novas fronteiras, velhos problemas*, Rosa Virginie Mattos e Silva
7. *Ensinos para uma sócio-história do português brasileiro*, Rosa Virginie Mattos e Silva
8. *A linguística que nos faz falar — investigação crítica*, Kanavilli Rajagopalan, Fabio L. da Silva [orgs.]
9. *Du signe au discours — introdução à filosofia da línguagem*, Luís Lacerta Araújo
10. *Ensinos de filosofia da línguagem*, José Borges Neto
11. *Nós chegamos na escola, e agora?* — sociolinguística e educação Stela Maris Bortoni-Ricardo
12. *Diversos lados, diferentes de pódio — variância linguística, mídia e preconceito*, M. Maria Pereira Scherre
13. *A geopolítica da inglês*, Yves Lacoste [org.], Kanavilli Rajagopalan
14. *Gêneros — teorias, métodos, debates*, L. Meurer, Adair Bonini, Débora Motta-Roth [orgs.]
15. *O tempo nos verbos do português — uma introdução a sua interpretação semântica*,
Maria Luiza Monteiro Sales Corrêa
16. *Considerações sobre a fala e a escrita — fonologia em nova chave*, Darcilia Simões
17. *Princípios de linguística descritiva*, M. A. Perini
18. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*, Luiz Paulo da Mota Lopes
19. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, U. Weinreich, W. Labov, M. I. Herzog
20. *Orígenes do português brasileiro*, Anthony Julius Naru, M. Marta Pereira Scherre
21. *Introdução à gramaticalização — princípios teóricos & aplicação*, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, M. Célia Lima-Hernandes, Vânia Cristina Ciaschetti-Galvão [orgs.]
22. *O acento em português — abordagens fonológicas*, Galvão Antunes de Araújo [org.]
23. *Sociolinguística quantitativa — instrumental de análise*, Gregory R. Guy, Ana Maria Stahl Zilles
24. *Metáfora*, Tony Berlier Sardinha
25. *Norma culta brasileira — desatando alguns nós*, Carlos Alberto Faraco
26. *Padrões sociolinguísticos*, William Labov
27. *Uâncese dos discursos*, Dominique Maingueneau
28. *Levou da enunciado*, Dominique Maingueneau
29. *Estudos de gramática descritiva — as valências verbais*, Mário A. Perini
30. *Cantinhos da linguística histórica — "Ouvir o inaudível"*, Rosa Virginie Mattos e Silva
31. *Limites do discurso — ensaios sobre discurso e sujeito*, Sírio Possenti
32. *Questões para análise do discurso*, Sírio Possenti
33. *Línguagem & idiógrafo — os ideias linguísticas do Círculo de Bulhão, Carlos Alberto Faraco*
34. *Nomenclatura Gramatical Brasileira — cinquenta anos depois*, Claudio Cezar Henriques
35. *Língua na mídia*, Sírio Possenti
36. *Malicomportadas línguas*, Sírio Possenti
37. *Línguagem. Gênero. Sérialidade*, clássicos traduzidos, Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana [orgs.]
38. *Em busca de Ferdinand de Saussure*, Michel Arrivé
39. *A noção de "fórmula" em análise do discurso — quadro teórico e metodológico*, Alice Krieg-Planque
40. *Geolinguística — tradição e modernidade*, Suzana Alice Marcelino Corrêa
41. *Direcções em análise do discurso*, Dominique Maingueneau
42. *O discurso portugujês*, Dominique Maingueneau
43. *Julgando ao pé da letra — a constituição do narrativo e do letramento*, Roxane Rojo
44. *Nova pragmática — fases e teorias de um fuzer*, Kanavilli Rajagopalan
45. *Línguagem — atividade constitutiva — teoria e poesia*, Carlos Francini
46. *Língua portuguesa — descrição e ensino*, Maria Teresa G. Pereira, André C. Valente [orgs.]
47. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*, Xoán Carlos Lagares, Marcus Bagno [orgs.]

POLÍTICAS DA NORMA E CONFLITOS LINGUÍSTICOS

Xoán Carlos Logares
Marcos Bagno [orgs.]

A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE "LATIM" E DE "ROMANCE" ■ ■ ■

THOMAS DANIEL FINBOW
Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

ESTE CAPÍTULO examina brevemente a maneira como o sistema de normas metalinguísticas vindas da sociedade ocidental guiou mal várias gerações de filólogos e linguistas a respeito da percepção de variação e diferença lingüística na sociedade romântica durante a Antiguidade e a Alta Idade Média. A ênfase principal recairá sobre as teorias do filólogo e hispanista Roger Wright.

O enfoque temático principal é o estudo das várias análises aplicadas aos processos que resultaram no fato de as línguas neolatinas e o latim serem considerados "línguas separadas". Hoje, reconhecemos uma dicotomia categórica entre duas entidades que consideramos duas "línguas" separadas, "latim" e "romance" (no sentido do conjunto indiferenciado das línguas neolatinas), sendo que o segundo é tipicamente descrito como tendo "emergido" do primeiro por algum processo evolutivo. Esse conceito desfruta de uma muito longa persistência na sociedade ocidental. Contudo, o fato de essa divisão conceitual e metalinguística estar tão

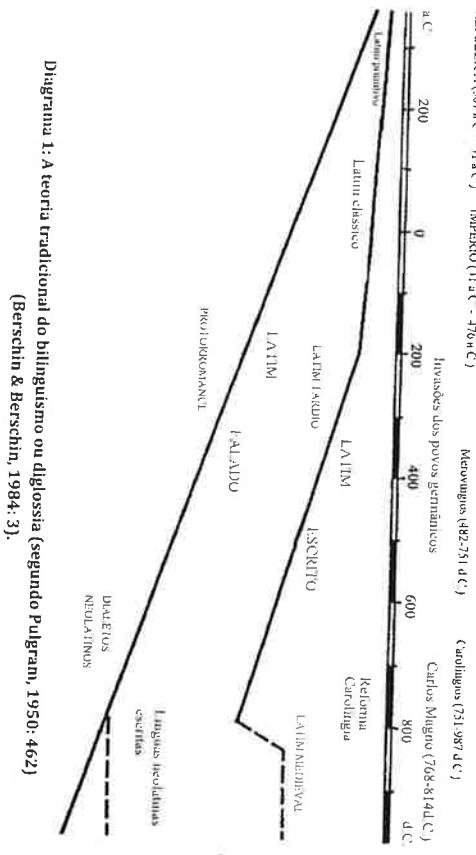
profundamente enraizada na nossa cultura resultou em que, durante muitos anos, tal conceito não tenha sido apreendido plenamente como algo contingente ao sistema de tradições discursivas aplicadas aos fenômenos linguísticos e tecnológicos e, portanto, algo culturalmente determinado.

2. O MODELO DAS NORMAS BINÁRIAS

O movimento conceitual da separação do latim e do romance que vigorou durante a maior parte do século XX foi denominado de “teoria das normas binárias” por Wright (1982: 1) porque a hipótese considerava a existência de duas normas ou sistemas lingüísticos “dentro” da língua latina:

O fator comum é que os estudiosos consideraram, em termos gerais, que durante esses anos¹ existe uma distinção significativa que se pode fazer entre a fala dos cultos, que falavam alguma variedade do "latim", e a fala dos analfabetos, que falavam seu vernáculo [local].

O modelo das normas binárias pode ser representado no diagrama 1 abaixo:



...g. una x.: n ecua tradicional do bilinguismo ou diglossia (segundo Pulgarin, 1950: 462) (Berschin & Rosenthal, 1994: 33)

latim era apresentado como algo que começou cedo na história evolutiva do latim falado. Gradualmente, o acúmulo de muitas pequenas mudanças estruturais no vernáculo ia afastando o vernáculo aos poucos do código formal escrito, o qual se mantinha essencialmente fixo pelas prescrições dos gramáticos sobre as formas corretas a serem utilizadas nos atos comunicativos formais.

Com o passar do tempo, as diferenças estruturais chegaram a dificultar tanto a compreensão entre os analfabetos quanto o domínio da linguagem formal escrita entre os letrados, cuja fala nativa retinha cada vez menos pontos em comum com a língua culta, até que um dia os letrados perceberam que se tratava, na realidade, de duas línguas, e o vernáculo recebeu uma escrita autônoma. Naturalmente, essa *tomada de consciência* da identidade autônoma do latim e do vernáculo românico ocorreu primeiro — no século VIII ou IX — no norte dos territórios romanófonos, no norte da França atual, onde o vernáculo era mais inovador. Na Ibéria

O modelo “clássico” considerou a presença de duas normas — uma “popular” ou “vulgar” (protorrromance) e outra “cult” (latim) — na base das discrepâncias estruturais aparentes entre os registros textuais sobreviventes da antiguidade clássica e tardia e da alta idade média antes do renascimento carolingio e as reconstruções retrospectivas realizadas a partir dos registros mais antigos das línguas neolatinas medievais. A hipótese das normas binárias postulou que a distinção conceitual entre o latim e as línguas neolatinas é, portanto, baseada numa instância do que Kloss (1967) denomina distanciamento estrutural natural, ou seja, um processo similar ao de reconhecer que o chinês não é igual ao português.

e na Itália, onde os falares eram mais conservadores, a separação da línguagem culta do vernáculo não foi percebida antes do século XII ou XIII.

Não obstante, essa visão tradicional do “binarismo” normativo da sociedade romana alto-medieval², que Ferguson caracteriza como “diglóssica” e cujo esquema foi adotado por muitos romanistas seguindo o artigo de Lüdtke (1964)³, recebeu duras críticas numa série de publicações do hispanista britânico Roger Wright (p. ex., 1976a, b, c; 1980; 1982).

3. UM NOVO OLHAR “SOCIOFILOLÓGICO”

A visão de Wright concorda com a periodização proposta na teoria tradicional sobre a relevância da uniformização do culto cristão no Império carolíngio. Não obstante, o hispanista britânico critica o modelo tradicional por não ter incorporado de forma séria à análise da situação lingüística na sociedade romana anterior ao renascimento carolíngio (e à reforma gregoriana na Península Ibérica) as descobertas sobre a natureza dos processos de variação e de mudança na área da sociolinguística desde os anos 1960.

A abordagem de Wright está centrada numa reavaliação das fontes textuais primárias da antiguidade tardia e da alta idade média e na análise sociolinguística do ambiente sociocultural desse período. Mais tarde, essa metodologia ganhou a denominação de “sociofilologia”:

A sociofilologia é [...] uma abordagem ao estudo linguístico de textos do passado que visa combinar a análise filológica tradicional com a visão da sociolinguística moderna. Isso requer um conhecimento tão completo quanto é possível adquirir das circunstâncias históricas e intelectuais do escriba e dos autores que nos forneceram as evidências (Wright 2002: vii).

² Ver, p. ex., Rice (1909: 7), Menéndez Pidal (1929, §109), Ewert (1933, §500), Pope (1934: 229), Löfstedt (1959: 3), Norberg (1968: 29) e Pei (1932), entre muitos outros românticos e latínistas célebres.

³ Ver, por ex., Hall (1974: 76), Bustos Tovar (1974: 67), Macpherson (1975: 94-95), Bynon (1977: 249-50), Lapesa (1980: 110).

4. VARIAÇÃO SINCRÔNICA E EVOLUÇÃO DIACRÔNICA

A sociolinguística sincrônica moderna indica que dentro de um continuum dialetal, como o âmbito das línguas neolatinas, é de fato muito difícil delimitar na prática as fronteiras entre variedades, porque as zonas de ocorrência de determinada variante são definidas necessariamente com base na estatística quantitativa, a qual revela que a variação é onipresente e, na realidade, não respeita as linhas desenhadas nos mapas por dialetólogos, que indicam na maioria dos casos os locais onde certas tendências de uso tendem a se aglomerar (as normas). As investigações diacrônicas revelam que, numa comunidade de fala real, a variação ao redor do núcleo que constitui a norma da comunidade entre itens mais estabelecidos e itens mais inovadores é contínua. Porém, as formas antigas não desaparecem no momento em que uma inovação surge; o processo de mudança é gradativo. Itens léxicos e construções morfossintáticas que quase nunca aparecem na comunicação ativa vernácula continuam a ser compreendidos entre os ouvintes durante muito anos (Green 1991). Portanto, Wright (2002: 37) sustenta:

Na vida real, todas as mudanças linguísticas particulares envolvem um período em que tanto o fenômeno antigo quanto o novo são utilizados, e os dois são entendidos. Durante esse período, a identidade da língua que é falada é consequentemente menos evidente.

Como consequência desta atitude a respeito da variação, Wright indica (p. ex. 1994: 31-44; 2002: 27; 36-48; 297-309, especialmente p. 303-04), na realidade, que não eram necessários os malabarismos intelectuais feitos por certos filólogos como De Dardel (1983, 1996) e Hall (1976, 1983), nas suas reconstruções de “protorromance”, para reconciliar o abismo estrutural entre o “latim” que aparecia nos textos escritos e o latim vulgar/protorromance falado que as reconstruções geraram, porque as diferenças brutais entre os dois tipos de latim tardio não residem nas estruturas linguísticas, mas sim na maneira como são interpretadas as relações entre a escrita e a fala, ou seja, as convenções de representação ortográfica.

5. COMO RECONHECEMOS AS LÍNGUAS

A base da argumentação de Wright é que o modelo tradicional das normas binárias caiu na “falácia estruturalista”, ou seja, padeceu da suposição de que “[...] se existe atualmente um único termo para um estando linguístico no passado, seria forçoso que teria existido então um único sistema linguístico completo a que se refere por meio daquele termo” (Wright 2002: 37). Não obstante, argumenta ele, o problema é que

Essas etiquetas, esses nomes de língua postos em sequência cronológica por especialistas de época posterior, tais como o *anglo-saxônico* e o *inglês-mérito*, têm uma função prática para nós, mas não correspondem com nenhuma distinção taxativa na realidade da história. De modo que, apesar da eventual utilidade administrativa, despista-nos de qualquer tentativa de distinguir entre duas línguas sucessivas da mesma comunidade de fala por meio de dois nomes de língua. Parece-me que talvez fosse mais conveniente que os especialistas da linguística não batizássemos nenhuma língua com nosso próprio nome (Wright 2004: 676-77).

Wright enfatiza que fundamos nossa dicotomia terminológica e conceptual entre "latim" e "romance" como "línguas diferentes" numa oposição categorica entre duas normas linguísticas.

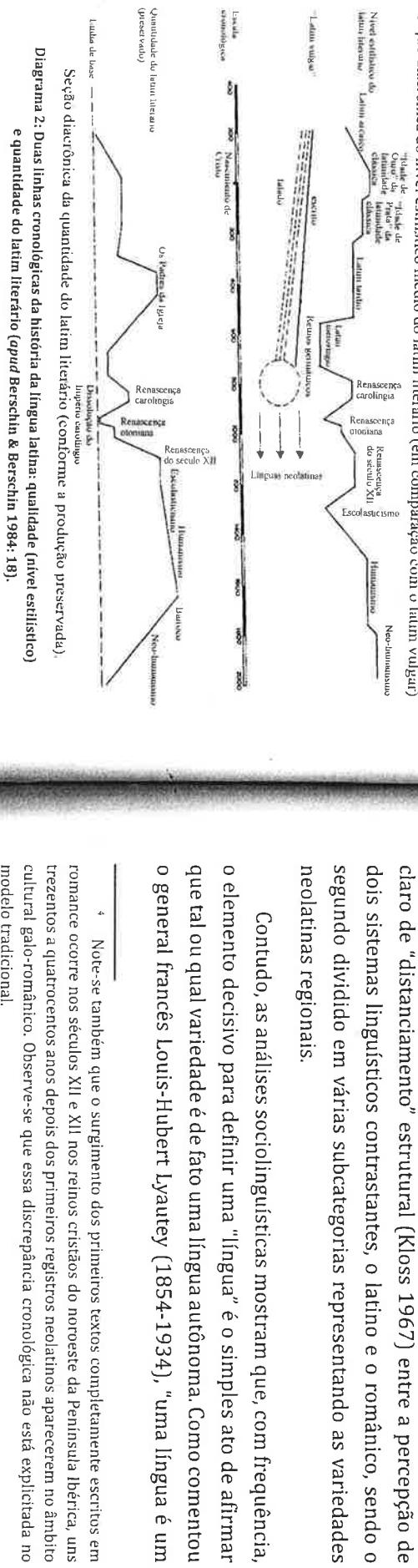


Diagrama 2: Duas linhas cronológicas da história da língua latina: qualidade x nível estilístico (seção diacrônica da quantidade do latim literário (conforme a produção preservada))

Ora, essa norma latina contrasta fortemente com as normas linguísticas e ortográficas padrão das línguas neolatinas modernas e medievais, ainda que reconheçamos a relação “genética” entre as duas entidades. Nossa distinção entre “latim” e “romance” se baseia, portanto, num caso claro de “distanciamento” estrutural (Kloss 1967) entre a percepção de dois sistemas linguísticos contrastantes, o latino e o românico, sendo o segundo dividido em várias subcategorias representando as variedades neolatinas regionais.

Contudo, as análises sociolinguísticas mostram que, com frequência, o elemento decisivo para definir uma “língua” é o simples ato de afirmar que tal ou qual variedade é de fato uma língua autônoma. Como comentou o general francês Louis-Hubert Lyautey (1854-1934), “uma língua é um

⁴ Note-se também que o surgimento dos primeiros textos completamente escritos em romance ocorre nos séculos XII e XIII nos reinos cristãos do noroeste da Península Ibérica, uns trezentos a quatrocentos anos depois dos primeiros registros neolatinos aparecerem no âmbito cultural galo-românico. Observe-se que essa discrepância cronológica não está explicitada no modelo tradicional.

Note-se que, no diagrama 2, Berschin e Berschin (1984) percebem um declínio no nível qualitativo da “latinidade” da linguagem e da ortografia attestadas nos registros textuais até o momento do aparecimento dos primeiros textos plenamente românicos nos séculos IX e X no reino dos fracos carolingios⁴. Essa decaída era atribuída à falha dos escritores na “decadente” sociedade altomedieval, os quais sofriam “interferências” do seu vernáculo devidas às diferenças entre este e o código formal. Entretanto, note-se também como no diagrama 2 o auge de qualidade liter-

⁴ Note-se também que o surgimento dos primeiros textos completamente escritos em romance ocorre nos séculos XII e XIII nos reinos cristãos do noroeste da Península Ibérica, uns trecentos a quatrocentos anos depois dos primeiros registros neolatinos aparecerem no âmbito cultural galo-romântico. Observe-se que essa discrepância cronológica não está explicitada no

dialeto que possui um exército, uma marinha e uma força aérea"⁵. Ou seja, conforme o modelo proposto por Kloss (1967) para definir as fronteiras entre as línguas, *Ausbau* [“construção” ou “desenvolvimento”] é até mais importante que *Abstand* [“distanciamento” (estrutural)], especialmente dentro de um contínuo dialetal, porque “[...] a percepção de que existem diferenças entre formas de falar variadas, ou diferenças entre a escrita e a fala, na realidade, não tem nada a ver com as pessoas considerarem essas formas variadas como línguas distintas, dialetos distintos ou meras variações insignificantes” (Lloyd 1991: 13), já que “o termo ‘língua’ não é uma etiqueta que remeta a um referente naturalmente delimitado no mundo real” (Lloyd 1991: 15). O linguista americano Joshua Fishman (1967: 33) expressou um sentimento parecido:

Uma teoria que tende a minimizar a distinção entre as línguas e as variantes é deseável por vários motivos. Isso implica que o consenso social (em lugar de critérios inherentemente linguísticos) diferencia as duas e que as variedades separadas podem tornar-se (e de fato se tornaram) línguas separadas se receberem um certo estímulo social para que isso ocorra, tal como línguas supostamente separadas se fundiram em uma única língua com base no argumento de que elas eram apenas variedades diferentes da mesma língua.

Assim, os lugares onde tendemos a estabelecer fronteiras linguísticas correspondem, em grande medida, aos domínios de uso de determinada ortografia e gramática normativa, ou seja, às línguas padrão, as quais Kloss (1967) denominou *Dachsprache*, pelo seu emprego por áreas extensas, que equivalem, na maioria dos casos, às fronteiras políticas dos Estados, cujas elites tipicamente impõem tanto os modelos padrão como os nomes que esses recebem (Janson 1991: 27). É importante lembrar que as línguas padrão geralmente não correspondem perfeitamente às vernáculas naturais, mas constituem projeções codificadas baseadas numa análise normativa de certos socioletos da sociedade em que são desenvolvidas.

Considerese, por um lado, o caso das três principais “línguas” escandinavas (sueco, norueguês e dinamarquês) que são mutuamente compreensíveis (Haugen 1967; Janson 1991), ou seja, em que não há afastamento estrutural extremo. Não obstante, essas variedades são classificadas como idiomas separados pelas diferenças ortográficas, pequenas variações gramaticais e, principalmente, pelo fato de servir como veículo da cultura de um Estado político determinado. Por outro lado, no chinês ou no árabe, os “dialetos” geograficamente mais afastados não são intercompreensíveis, e os falantes com frequência precisam recorrer a um código padrão comum partilhado, algo a que Kloss (1967) se referiu como *Dachsprache*, como o chinês mandarim [putonghua] e o árabe moderno literário ou o árabe clássico do Corão. Porém, por motivos culturais, como o reconhecimento de uma língua padrão e uma escrita determinada, as variedades diafáticas e diastráticas são julgadas integrantes do “mesmo idioma”.

Encontramos o processo oposto nas variedades eslavas faladas nos estados da antiga Iugoslávia. Onde anteriormente havia apenas uma língua, o servo-croata, hoje há pelo menos três línguas — o sérvio, o croata e o bósnio —, cada uma utilizada por uma comunidade religiosa diferente (cristã ortodoxa, católica romana e muçulmana) e representada por alfabetos diferentes (sérvio em cirílico, croata em latim, o bósnio ainda a ser definido).

Atualmente, as línguas estão passando por um processo de diferenciar-se

ainda mais, evitando formas comuns para realçar sua identidade separada⁶.

No contexto do modelo diglóssico da teoria binária tradicional, Helmuth Lüdtke (1964: 5) já notou:

Não existe nenhuma diferença real entre o latim espontâneo e o romântico, a não ser uma [distinção] terminológica, enquanto se trata, de fato, da língua falada. *É apenas a partir do romance escrito que se desenvolve uma distinção significativa em relação ao latim escrito* [grifo nosso].

⁵ Essa frase é atribuída também com frequência a Max Weinreich, que escreveu (1945: 13) tê-la ouvido de um professor anônimo judeu do Bronx numa palestra apresentada em 1943 ou 1944.

⁶ Ver também Janson (1991) e Janson e Tsonepe (1991) sobre o impacto de normas escritas diferentes desenvolvidas por missionários britânicos, franceses e alemães a partir de diferentes variedades regionais no contexto da história das línguas setswana, sesotho e sepedi do grupo sotho-tswana na África meridional.

Assim, Wright propõe (1976, 1982) que, enquanto só havia uma norma escrita em uso entre os romanos, é muito provável que a consciência metalinguística romana contivesse apenas uma categoria conceitual de língua. Uma vez que surge uma norma neolatina que contrasta com o latim tardio tradicional, é lícito pensar que poderia existir uma consciência de mais de uma língua, ainda que fosse provavelmente melhor esperar até a generalização das escritas neolatinas no mundo romanófono no século XII (Wright 1982: ix). Nesse aspecto, Wright não difere muito da teoria tradicional, em que o surgimento de textos escritos apresentando uma aparência definitivamente não latina era avaliado como a confirmação do "nascimento" das línguas neolatinas (Moran 2004: 413): ex., os Juramentos de Estrasburgo de 842 (se a cópia sobrevivente do século X reflete fielmente o texto original do livro *De dissensionibus filiorum Ludovici Pi*) e a Cantilena ou Sequência de Santa Eulália do mosteiro de Saint-Amand⁷. Entretanto, a análise sociolinguística da escrita se torna um ponto central dos argumentos de Wright sobre as relações entre latim e as línguas neolatinas.

Sem uma norma latina nítida que contrastasse constantemente com o vernáculo, não poderia haver distanciamento estrutural suficiente, ou seja, nesse contexto, o conceito de língua distanciada mencionado por Kloss (1967) para criar uma discriminação clara entre o que para nós é "latim" e alguma variedade "neolatina" não é aplicável porque as diferenças que houvesse seriam avaliadas como apenas uma variação estilística ou de registro do tipo presente na maioria das comunidades linguísticas de grande extensão territorial, ampla diversificação social e longa existência cronológica, por exemplo, o chinês, o árabe, o grego, o inglês, ou inclusive as línguas neolatinas modernas. O que é interessante nesses casos é que

a variação ampla que há entre os falantes é avaliada tipicamente como instâncias de *monolingüismo* e não como casos de bilinguismo ou diglossia. Por conseguinte, a linguagem escrita poderia por vezes soar arcaica do ponto de vista léxico e sintático aos ouvintes, mas isso não provocaria uma sensação de se estar ouvindo outra língua porque, para os contemporâneos, isso era apenas a maneira de escrever bem e corretamente conforme os padrões da sua cultura. Além disso, os leitores eram falantes do vernáculo contemporâneo e ainda que os ouvintes analfabetos não compreendessem sempre tudo o que lhes era lido, eles sabiam (ou, pelo menos, acreditavam) que o leitor entendia o que dizia. Assim, conceitualmente, a linguagem escrita tradicional era tida por uma variedade especializada da mesma língua que todos falavam.

6. A REANÁLISE DA ESCRITA

Como toda a evidência acerca da língua usada pelos românicos imperiais e alto-medievais existe apenas na forma de textos, Wright enfatiza (p. ex., 1976a: 180; 1994b: 166) que não podemos começar a deduzir a maneira como as pessoas falavam a partir da maneira como escreviam até termos uma ideia de como era concebida a conexão entre a escrita e a fala. "Infelizmente", lamenta Wright (1976a: 178), "as relações linguísticas entre fala e escrita são compreendidas de forma imperfeita até mesmo por linguistas teóricos", e a hipótese sobre a separação do latim e do romance não foi exceção.

Por exemplo, os filólogos tradicionalmente pressupunham que as relações entre os grafemas e fonemas nos textos escritos no alfabeto latino eram relativamente diretas. Essa suposição levou naturalmente à ideia de que havia duas normas dentro do latim, porque, segundo essa visão, a morfologia nominal flexional presente nos textos havia de ser pronunciada e, assim, entrou em contraste com as formas nominais vernáculas que supostamente não manifestavam flexões. Também era comum pensar

⁷ No contexto da Península Ibérica, textos escritos em romance só são atestados a partir do fim do século XII; por exemplo, a *Notícia de Fábulas* (1174), o *Pacto de Gunes País e Reino de Puis* (1174), o *Acto dos Reis Magos*, a *Notícia de Torto* (1210-1214), o *Testamento de Afonso II Pus* (1214), o *Tratado de Cárbores* (1206), os anais das primeiras Cortes de Toledo (1207), o *Testamento de Pedro Fajiz* (1211-1214). Além disso, é previsível aguardar até a segunda metade do século XIII para encontrar o uso mais generalizado do ibero-romance escrito: p. ex., a poesia de Gonzalo de Berceo, as chancelarias régias dos reinos ibéricos medievais, o programa de traduções de Alfonso X, "o Sábio", de Castela e Leão.

que as variações ortográficas sempre refletiam aspectos da fonologia do escrita que as produziu. Contudo, a sociolinguística indica que a escrita é uma invenção tecnológica. Portanto, ela é artificial e sujeita a mais pressões socioculturais sobre as convenções de representação ortográfica do que as influências propriamente linguísticas.

Wright observou (1982: 48-52; 1994b: 165-180) que os sistemas de escrita tradicionais, inclusive os sistemas alfábéticos, quase nunca são uma representação direta da fonologia da fala ainda que, ao adquirir a tecnologia da escrita alfábética, seja normal que os inovadores do sistema procedam segundo intuições fonológicas (Harvey, 1990: 187; 1991) que geram um sistema ortográfico fonêmico.

Não obstante, Wright observa (1976a: 178) que, uma vez que uma norma representacional mais ou menos padronizada tenha sido estabelecida, por simples conservadorismo cultural, os escritores seguem a tradição que aprenderam como a forma “correta” de escrever e não tentam refletir todas as variações que experimentavam na oralidade (Hoenigswald 1960: 7; Augst 1986: 32-33, 33-34, citando Emiliano 2003a: 29-30). Por conseguinte, qualquer reforma de um sistema ortográfico é necessariamente um ato consciente, porque a pessoa inovadora precisa rejeitar o sistema antigo em favor de outro sistema novo adaptado ou inventado.

Wright (p. ex., 1982, 1994a) desenvolve ideias propostas por Ernst Pulgram (1950), William Elcock (1975) e Helmut Lüdtke (1964, 1968), segundo as quais o léxico e a sintaxe arcaica poderiam ser aprendidos imitando os modelos e padrões antigos e a morfologia poderia perpetuar-se nas convenções de representação gráfica, inclusive mesmo que essas flexões não fossem pronunciadas na hora de se ler em voz alta (como é o caso com muitas desinências verbais no francês moderno⁸). Portanto,

⁸ P. ex., *chante, chantès, chantent* = [ʃɑ̃t] e *chanter, chantez, chantai, chantais, chantait, chantaiet, chanté(e)s* são [ʃɑ̃te] ou [ʃɑ̃t]. No último exemplo, essas onze formas ortográficas são pronunciadas de maneira idêntica pelos falantes de variedades do francês em que a oposição fonológica /e/ : /ɛ/ não é presente.

nada, em teoria, impede que no século VIII d.C., um falante nativo do latim franco pudesse escrever conforme um sistema ortográfico em que

Aprender a escrever implicava as técnicas de reproduzir em pergaminho a morfologia inflexional antiquada (tais como *-m*, *-hus*, *-abit*) e um sistema ortográfico pouco adequado ao romance evoluído. Formas como [vɪr.ðʒə] ou [vir.ðʒɔ], por exemplo, podiam ser grafadas *virgen, virginem, virgine* ou *virñni*, da mesma maneira que no francês moderno [ʃã:t] pode ser escrito *chanter, chantes, chantent* (Wright 1982: x-xi).

Assim, as formas escritas com flexões ortográficas, por exemplo, *manus, manum, manus, manu, manu*, poderiam ser lidas uniformemente como [mã:n̩], ou inclusive como [mãu] (*mão*), [mã:ŋ] (*main*). Por conseguinte, a leitura em voz alta de um documento legal, por exemplo, poderia ser muito mais “romântica” do que os filólogos poderiam ter imaginado:

TEXTO ESCRITO	TRANSCRIÇÃO HIPOTÉTICA
In Dej nomine. Ego Splendonus tui Frederende In Domino salutem. Ideo placuit atque conœunit, nunliusque cogentis imperio neque suadentis articulo set probria mici acesi voluntas ut uiderem tui iam dicte Frederende terra In uilla Uiasco suber illa senrra domniga lloco predicto Agro irrodundo.	[lendienwémne. īoesplendjo tiefredzinde endwéñosalude. ijoplögomie ekombíne núñioskek odžíentesempérioniswáđentesar télo sepróbrjaméatsézvoluntácle ovendjeretejađajfrezindé tjéraenvíllavjáško sobrelasernnađóniga ſwégopređito áyrorodondo]

Exemplo 3

Transcrição hipotética de Wright (1982: 166-67) de um documento que registra a venda por Esplendônio a Fredesindo de terras perto da cidadade de Leão no dia 11 de maio de 946 da era hispânica (908 d.C.).

Wright argumenta, de forma muita convincente, que a desintegração da visão da sociedade romana de si mesma como monolíngue na língua que eles mesmos chamavam de *lingua latina/romana e sermo romanus/*

latinus (Koll 1958a; b; Müller 1929; Müller 1986) sem fazer uma distinção categórica entre o que os adjetivos referiam não poderia ser o resultado de um processo natural de afastamento estrutural linguístico. Isso porque as normas de representação gráfica são sempre muito flexíveis. Palavras cuja forma ortográfica tradicional havia sido fixada séculos antes nos manuais de gramática poderiam representar a fonologia evoluída do vernáculo.

Portanto, faríamos melhor se considerássemos que

uma comunidade de fala do romance ocidental continua a existir até mais ou menos o fim do século VIII, de complexidade crescente, mas sem que surgisse nenhuma ideia explicitamente expressa de que as diferenças geográficas e estilísticas sejam de tal grau a impedir a comunicação normal possível em qualquer área complexa, porém monolíngue (cf. Van Uytfanghe 1989, Wright 1991). [...] Chamamos essa perspectiva de "monolinguismo complexo" (Wright 1991: 8).

A "complexidade" desse monolingüismo reside em que a língua abrangia muita variação entre os registros, em particular entre o falado (que conformava uma tipologia que, na essência, reconheceríamos como romântica) e o escrito ou lido (em que se perpetuavam muitos elementos léxicos, sintáticos e talvez morfológicos, que consideramos hoje tipicamente latinos).

A base sociolinguística deste modelo do monolingüismo complexo suscita várias questões com relação ao modelo tradicional da separação do latim e das línguas neolatinas. Por exemplo, fica bastante difícil provocar o desmoronamento do edifício literário tardolatino, porque o grau de diferenciação entre a línguagem escrita e o vernáculo cotidiano não teria sido sentido por contemporâneos acostumados às variações como motivo suficiente para produzir uma clivagem na sua consciência metalingüística. A hipótese da realização da separação por distanciamento não serve mais. Seria necessário algo que afetaria a maneira como os romanófonos alto-medievais concebiam tanto o relacionamento entre grafemas e fones, mas como as relações entre os elementos inovadores e os aspectos arcaicos da sua linguagem escrita.

7. A REFORMA CAROLÍNGIA — O AUSBAU DO ABSTAND

Wright enfatiza constantemente que a *pronúncia* é a chave para interpretar a razão pela qual os romanos não concebiam a variação com que se confrontavam em termos de duas línguas diferentes antes do renascimento carolíngio, e não obstante terem passado a perceber essa distinção posteriormente. Ele sustenta (Wright 1982: xi) que "o vocabulário e ortografia antigos podem ser assimilados dos livros. A pronúncia antiga, no entanto, não pode ser adquirida diretamente dos livros". Assim, argumenta Wright (1982: ix),

[...] apenas quando uma norma de pronúncia 'latina' consistentemente arcaizante começar a ser utilizada conscientemente em uma comunidade romântica, a situação estará propícia para uma distinção conceitual completa entre duas línguas separadas em lugar da coleção preexistente de estilos diversos que se encontra normalmente dentro de uma língua.

Isso leva à proposta de que

A tradição de ler o latim em voz alta como uma língua artificial, um som para cada letra, tanto no mundo romântico quanto aílheiros, apresenta-se como se fosse óbvia e como se estivesse presente desde sempre. Contudo, alguém, em algum lugar, teve que estabelecer esse procedimento como uma norma padronizada para que o latim pudesse manter sua condição monolíngue, já que não poderia surgir em uma comunidade romântica nativa. Havia um tipo de continuidade durante os anos entre o latim imperial e carolíngio no vocabulário e na sintaxe dos letrados, porque esses sempre podiam ser ressuscitados pelos antiquários a partir dos livros clássicos (Fontaine 1981:786), mas o que nós consideramos atualmente como a pronúncia latina tradicional não gozava de semelhante continuidade com a pronúncia

Wright localiza precisamente o tipo de catalisador necessário para desencadear a revisão do sistema de escrita e pôr em questão a metalinguagem tradicional da sociedade romana nas reformas eclesiásticas promulgadas pelos monarcas francos da dinastia carolíngia a partir da segunda metade do século VIII.

do império (cp. Lüdtke 1988: 63, sobre [-m], por exemplo). Isso porque a invenção do que nós chamamos atualmente a pronúncia latina (em que os sons são determinados pela ortografia) é o problema crucial neste caso. Como o historiador Hobsbawm (1983: 1) aconselhou: "Tradições que recente ou alegam ser antigas são frequentemente de origem relativamente recente e às vezes inventadas" (Wright 1994b: 27-28).

Wright (1981, 1982) atribui as origens dessa pronúncia "latina", em que um som corresponde rigorosamente a uma letra ou dígrafo, à influência de clérigos *insulares*⁹, especialmente do anglo-saxão Alcuíno de York na sociedade franca romanófona durante as reformas eclesiásticas carolingias na virada do século VIII para o IX.

Na cultura insular, a norma latina diferia bastante das que vigoravam na sociedade romanófona contemporânea. O clero insular era forçosamente bilíngue, porque o distanciamento entre o latim e seu vernáculo germânico ou celta era óbvio por pertencerem a outras famílias linguísticas. Além disso, a linguagem arcaica dos textos litúrgicos dominava os modelos latinos insulares; não havia múltiplas fontes de latinidade, como era o caso entre os romanófonos altomedievais continentais, que escreviam textos, como os documentos cartoriais, segundo padrões estilísticos mais vernacularizados para adequá-los à capacidade compreensiva dos analfabetos. Adicionalmente, a cultura latina insular havia desenvolvido uma maneira de vocalizar o latim a partir da forma ortográfica (*litterae*), como também era a prática na hora de ler e escrever as línguas vernáculas insulares, pelo pouco conhecimento das convenções ortográficas tradicionais. Esse costume insular de ler provocou a revitalização de muitas flexões morfológicas no latim oral insular, à diferença da norma tardolatina em que essas flexões eram predominantemente apenas ortográficas e mudas na leitura em voz alta.

Para Wright, a transferência das práticas insulares à sociedade romanófona no império franco teve a consequência imprevista de fazer com

⁹ A significação desse termo é tomada do inglês, em que o adjetivo "insular" é utilizado para designar o conjunto de culturas anglo-saxônicas e celtas nas ilhas Britânicas e na Irlanda.

que os novos textos litúrgicos instituídos pelos reformadores carolingios se tornassem incompreensíveis para os analfabetos. A combinação da nova atitude de classicismo arcaizante com o respeito à "correção" gramatical, ortográfica e lingüística dos textos eclesiásticos em conjunção com a nova pronúncia ortográfica (*litterae*), cuja função era padronizar a nova liturgia romana e uniformizar a atuação dos clérigos na hora de recitar o rito romano, exacerbou o distanciamento que já existia entre o vernáculo e a linguagem do registro escrito¹⁰.

O rompimento da *comunicação vertical* (Banniard 1992)¹¹ conduziu à adaptação das práticas dos *leitores eclesiásticos*, recomendando que eles transferissem a maneira de ler em voz alta do estilo da linguagem eclesiástica reformada à vernácula românica ou germânica (*transferre in rusticam romanam linguam aut thotiscam*) para que os analfabetos pudessem entender as mensagens edificantes cristãs dos sermões e homilias. Este tema é mencionado no famoso cânone XVII do concílio eclesiástico de Tours em 813, no qual se fez pela primeira vez (e ainda de forma implícita) uma distinção metalingüística entre a variedade litúrgica e a variedade chamada *rustica romana lingua*.

De início, a distinção foi provavelmente apenas uma questão de pronúncia na leitura em voz alta e de rigor com que as regras de gramática formal eram observadas. Um problema surgiu quando se tornou importante assinalar a distinção entre as pronúncias do latim medieval e romance para as mesmas palavras, após as reformas carolingias" (Wright

¹⁰ Após a reforma de repente, *virgo*, *uirginem*, *uirginis*, *uirgini*, *uirgine*, etc., eram lidos em voz alta como [virgo], [virði.nem], [virði.nis], [virði.nil], [virði.nel] e não como [vɪrðɛn̩] ou [vɪrðɛn̩]. *Uirgen* teria sido expurgado como um vulgarismo. Igualmente, formas escritas que os clérigos franceses tinham pronunciado como as palavras vernáculas [vɪrðjɛl] (*uirðiarus*), [dretj] (*directum*), [fjert] (*ferit*), [kɔɪntɔ] (*cogitum*), [ʒist] (*facit*) e [ver'go,ŋɔ] (*uerecundiam*) passaram a ser enunciadas como [vi.rɪ.dɪ'a.rɪ.us], [di'rik.tum], [fɪ'ret], [fɪ'ko.dʒɪ.tum], [fɪ'a.kɪt] e [ve.re'kun.di.aml] (Wright 1982: xi, 51, 107; 2002: 128). Ademais, os elementos "vulgares" do léxico e morfossintaxe foram expurgados, deixando a linguagem mais arcaica ainda.

¹¹ Com a expressão *comunicação vertical* o filólogo francês Michel Banniard se refere à comunicação entre os letrados e os analfabetos baseada na leitura em voz alta dos textos escritos, como era a maneira mais comum de ler na Antiguidade e na Idade Média.

2000: 46), como, por exemplo, nos sermões dirigidos às congregações de alfabetos (considerar-se o sermão sobre Jonas, abaixo):

Et egressus est Ionas de ciuitate et sedit contra orientem ciuitatis donec uideret quid accidere ciuitati. Dunc co dicit cum Ionas propheta cel populum habuit priuet e convers. Et in cele ciuitate [...] habuit de moret. Si escit foers de La ciuitate. Si sis contra orientem ciuitatis. E si auardevet cum Deus parfereitet as promesse. Se Ninive destruite astreiet u ne fereiet. Et preparauit Dominus ederam super caput Ione ut faceret ei umbram. Laborauerat enim dunc Ionas propheta habebat mult laboret et mult penet a cel populum co dicit. E faciebat Grant jholt. Et eret mult las et preparauit Dominus em edre sore sem cheve qet umbre li fesist. E repausier si podist. Et letatus est Ionas super edera letitia magna. Dunc fuit Jonas mult letus co dicit. Por qe Deus cel edre li donat a Sun souev. Et a Sun repausement. Et precepit Deus uentum calidum super caput Ione. Et dixit: "melius est mihi mori quam uiuere." [...]

surrede dunc co dicit si rogar Deus ad um verme. qe percussist cel edre sot qe cil sedebat ec [...] cilge edre fu seche si vint grancesmes jholy La super caput Ione et dixit: "melius est mihi mori quam uiuere."

Exemplo 4. O sermão "blingue" sobre Jonas 4 (937-952 d.C.). Notem o contraste entre o "latim" bíblico do texto original e as frases interpoladas em "francês arcaico" [em negrito]

(Sampson 1980, n° 52, *apud* Wright 1982: 135).

Para responder ao problema de haver duas maneiras de associar a forma escrita à forma oral, às convenções polivalentes tradicionais e à nova pronúncia ortográfica, mas apenas uma norma de representação ortográfica, os clérigos começaram a utilizar o mapeamento grafofônico direto do latim reformado para representar os sons vernáculos quando queriam eliciar uma leitura oral no vernáculo. Como alega Wright (2000: 46), "talvez seja esse o único motivo imaginável para uma ortografia alternativa ter sido elaborada e posteriormente estabelecida". Ao abandonarem a "camuflagem" ou "verniz" ortográfico de latim que nos escondeu durante tanto tempo a natureza essencialmente neolatina do vernáculo romano, os letrados carolíngios produziram os primeiros textos "românicos", tais como os *juramentos de Estrasburgo* (de 842), a

Cantilena ou Sequência de Santa Eulália (cerca de 882) e o *Sermão sobre Jonas* (937-952). Ao mesmo tempo em que inventavam novas ortografias, os elementos léxicos e sintáticos arcaicos também foram expurgados dos registros vernáculos escritos num processo de deslatinização que correspondia ao procedimento simultâneo de classicismo e arcaísmo na linguagem eclesiástica, que conduziu ao aprofundamento do grau de distanciamento entre as variedades.

Wright está provavelmente certo quando argumenta:

A emergência dos vernaculares romances em escritos teria sido inicialmente pensada como apenas isso: um novo modo de escrever. [...] só algum tempo depois de a escolha entre dois sistemas de escrita ter sido estabelecida é que as pessoas começam a conceber a escrita latina e a escrita romance como duas línguas diferentes, em vez de dois métodos de inscrever a mesma língua no papel.

Essas observações não são originais de Wright. Entretanto, Wright foi o primeiro a afirmar sistematicamente que os alicerces de nossos conceitos de "latim" e "romance" são metalinguísticos em lugar de propriamente lingüísticos e esses conceitos estão baseados principalmente em interpretações de modelos escritos e ortográficos e, portanto, mais relacionados a fenômenos socioculturais do que a evoluções puramente lingüísticas.

As consequências metalinguísticas potenciais desse passo eram profundas, dado que "aparentemente, é normal achar que há tantas línguas quantas ortografias, com esse desenvolvimento tornando-se metalinguisticamente crucial". A existência de duas modalidades escritas distintas estimulou uma nova perspectiva metalinguística terminológica entre os romanófonos do Império carolíngio para referir-se a tais modalidades, ou seja, *latin* (em francês) ou *llatí* (em occitano/catalão) para a linguagem eclesiástica e *roman(s)* ou *language* para o vernáculo (Koll 1958b). Além disso, as formas escritas exibiam visualmente de um modo muito claro que havia grandes divergências entre os dois códigos.

No território do Império Carolíngio:
Latim clássico/Império Latin tardio
(séc. I a.C. - V d.C.)

Renaissance Carolíngia
(2^a metade séc. VIII/IX)

as novas classes semânticas mais "bem definidas" (Hockett 1968: 45-47, apud Kaye 1972: 35; ver também Kaye, 1970) do que antigamente.

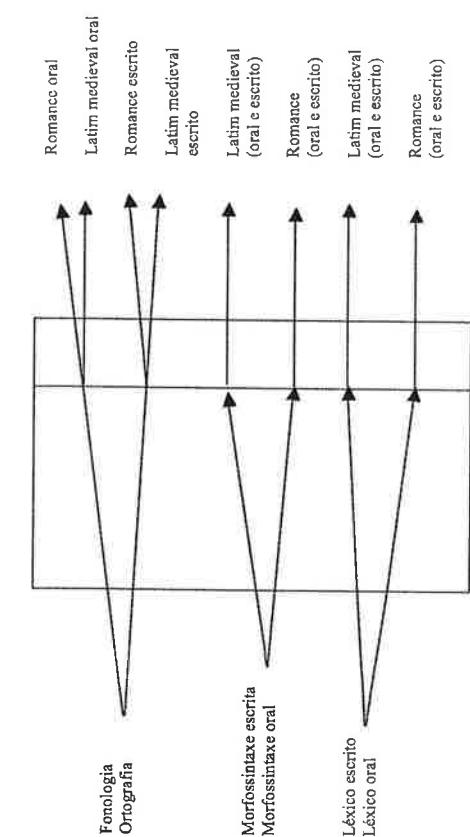


Diagrama 3. A separação de "latim" e "romance" nos domínios carolingios e na Península Ibérica não catalã segundo Wright (1982).

Assim, na visão de Wright e diferentemente do modelo das normas binárias tradicional, as línguas neolatinas não "emergiram" do latim bárbaro alto-medieval. Por um lado, a escrita tradicional ganhou uma nova pronúncia, mas as formas ortográficas tradicionais persistiram mais ou menos sob a mesma aparência. Por outro lado, a pronúncia vernácula tradicional recebeu uma nova forma escrita que veio de encontro à necessidade da sociedade franca romanófona da pós-reforma de ter uma maneira escrita de evocar uma vocalização compreensível no vernáculo. O sistema de mapeamento grafofonêmico foi igual para as duas modalidades, ou seja, tanto o latim como o romance funcionavam conforme correspondências diretas entre sons e letras. Destarte, podemos dizer que, por um lado, as *escritas* neolatinas emergem dos princípios fonêmicos do latim reformado e das representações ortográficas do latim-romance. Por outro lado, o latim reformado se separou da fonologia vernácula pela instituição das *litterae*, prática que conduziu à divergência morfológica e, subsequentemente, aos processos que dividiram o léxico e a sintaxe entre

Não obstante, é importante lembrar que o evento "era externo e igualmente contingente". Isso quer dizer que a separação não foi causada por distanciamento estrutural provocado pela evolução natural, como foi proposto no modelo binário, mas sim por intervenção humana. Os reformadores criaram, com a leitura oral conforme as *litterae* e o classicismo arcaizante, um grau de distanciamento suficiente para iniciar o processo de separação conceitual. Sem a intervenção de Alcuíno e de seus seguidores que trouxeram as normas provindas de uma tradição discursiva alheia à sociedade romanófona em termos das categorias conceituais de latim e da relação entre este e o vernáculo, a tradição tardio-latina de monolingüismo complexo poderia ter continuado de forma indefinida sem desmoronar, como foi o caso nas regiões além das fronteiras do Império carolíngio, como a Ibéria não catalã¹² e o sul de Itália.

8. IBÉRIA: A TRANSFERÊNCIA DE TRADIÇÕES DISCURSIVAS E NORMAS ESCRITAS

A reforma carolíngia não foi promulgada nos reinos cristãos do noroeste da Península Ibérica e, portanto, o monolingüismo complexo tardio-latino continuou a vigorar naquela região durante uns trezentos anos

¹² A distinção entre a região catalã e o resto da Península Ibérica é importante no contexto da transmissão das escritas românicas, dado que pelos muitos vínculos feudais e eclesiásticos ultrapirenênicos, os condados catalães constituíram durante a Idade Média uma unidade política-militar separada e, de certa forma, culturalmente, dos reinos cristãos do norte da península. Por exemplo, antes de 1118, quando se estabeleceu a Sé de Tarragona, as dioceses catalãs orientais eram sujeitas à Sé de Narbona (França) e não à autoridade nominal do metropolita de Toledo. Da mesma forma, a derrota e a morte do rei Pedro II de Aragão na batalha de Muret em 1213 nas mãos do exército francês de Simon de Montfort, que comandou a Cruzada contra os albigenses, acabou definitivamente com a possibilidade de uma união política entre os condados languedocianos de Tolouse (o conde Raimundo VI de Tolouse era cunhado de Pedro II), Comminges, Foix, Carcassonne e Provença e o reino de Aragão, cujo monarca era desde 1137 o Conde de Barcelona e, portanto, o senhor feudal catalão preeminente.

a mais do que nos territórios sujeitos aos carolíngios e seus sucessores. Finalmente, no final do século XI, a reforma gregoriana foi promulgada nos reinos de Aragão e Leão (no primeiro a partir de 1070 e no segundo a partir do Concílio de Burgos em 1080). Esse evento tratou principalmente da substituição da liturgia hispânica “visigótica” tradicional pela liturgia “romana”, cujo uso foi generalizado pelo resto da cristandade ocidental, onde o veículo linguístico foi o latim medieval descendente do latim reformado carolíngio.

Tão logo o rei leonês Afonso VI iniciou a reforma no seu domínio, uma onda de clérigos franceses, occitanos e catalães ocupou as posições destacadas da Igreja e da vida monástica durante várias décadas. Wright interpreta esse evento como o resultado do clero leonês desconhecer o latim medieval que servia como veículo da liturgia romana que o Concílio de Burgos havia acabado de promulgar no reino de Leão. Os estrangeiros vieram para supervisionar a reforma, mas especialmente para ensinar o latim medieval que era desconhecido até então na sociedade monolíngue em língua *latina* ([la'di.na] ou [[la'di.na]]).

As análises de Wright (1982, 1988, 1992, 1993a, b, c, d, 1994a, 1998, 1999, 2000a&b, 2005), Emiliano (1988, 1991, 1993, 2003a&b, 2004), Emiliano e Pedro (2004), Blake (1991a&b, 1992, 1995) e Pensado (1991, 1998), entre outros¹³, revelam como a antiga norma escrita latino-romântica que havia apoiado o monolingüismo complexo tardo-latino na sociedade cristã ibérica durante séculos foi sujeita a duas correntes simultâneas e opostas de *deslatinização* e *latinização* para criar a modalidade “latina” e “romântica” medievais, iguais às que já existiam no resto da Europa ocidental além dos Pireneus.

Note-se que até a forma dos nomes desses conceitos são estranhos ao contexto ibérico. As palavras *latim* e *latín* e *romance* ou *romântico* e *linguagem* ou *lenguaje* são reconhecíveis pela fonologia como empréstimos

¹³ P. ex., Ariza Viguera (1998), Morata Rodríguez (1998, 2004); ver também, Hernán (1967, 1991, 1992), Van Uytfanghe (1976, 1985, 1991, 1999) e Várvaro (1991).

léxicos galo-românicos (<*latin*, *llat*; *romans*; *langage*)¹⁴ para referir conceitos que faltavam na sociedade ibérica. Se fossem termos nativos derivados diretamente do latim ibérico, esperaríamos algo como *ladino* ou *ladinho*¹⁵.

As investigações de Wright (1992, 1996, 1998, 2000a) deixam claro também como o patrocínio de personagens influentes na administração dos reinos medievais ibéricos dos séculos XII e XIII¹⁶ contribuiu para estimular ou frear o avanço do romance como uma modalidade autônoma nas chancelarias régias e episcopais. A explosão no uso oficial (na administração) e não oficial (p. ex., na literatura) do romance escrito na segunda metade do século XIII, especialmente a partir do reinado de Afonso X, “o Sábio”, de Castela e Leão, contribuiu para difundir ainda mais as categorias metalinguísticas novas de “linguagem” ou “romance” frente ao “latim” eclesiástico.

9. COMENTÁRIOS FINAIS

O lapso analítico que provocou o modelo binário é compreensível, no contexto das investigações filológicas da época em que a hipótese foi elaborada. A teoria data do século XIX, antes da invenção da disciplina sociolinguística na década dos 1950-60. Portanto, os filólogos da época não eram tão sensíveis às sutilezas das categorias conceituais da metalinguagem e à relevância do consenso sociocultural na designação do que constituem duas línguas “diferentes”.

¹⁴ O sufixo latino *-aticum* [-'atikum] se torna *-age* em galo-romântico ([-'atiku] > [-'adi-gó] > [-'ad(i)go] > [-'atiku]), mas em ibero-romance o mesmo sufixo evolui conforme um padrão diferente: [-'atiku] > [-'ad(i)gu] > [-'adgo] > *-azgo* ou *-azgo*.

¹⁵ E note-se que esse nome é utilizado até hoje entre os descendentes dos judeus exilados de Espanha em 1492 e de Portugal em 1498, continuando assim a nomenclatura do fêm da língua Medieval. Ver também a famosa referência ao “muro latificado” no *Poema de Mio Cid*, e o artigo de Bodo Müller (1963) sobre a história semântica dos termos cognatos derivados de *latinus* nas línguas neolatinas modernas e medievais.

¹⁶ Tais como Diego García, Juan Díaz (ou Juan Domínguez) e Ximénez de Rada em Castela, Arcebispo Diego Gelmírez de Santiago em Leão e São Gerardo e Maurício Burdino na diocese de Braga em Portugal.

Não obstante, a ideia das normas binárias do latim e do (proto-)romance como entidades conceitualmente distintas entre os povos romanos desde a época imperial foi perpetuada mais que o necessário na filologia neolatina, principalmente por não aplicar as descobertas das investigações sociolinguísticas à questão do surgimento das línguas neolatinas. Inclusive quando os filólogos reconheceram que os romanos não faziam uma distinção clara entre "latim" e "romance" antes do século IX, era comum encontrar comentários que apresentavam os romanos como conscientes, ao menos "de uma forma subliminar" (Walsh 1991: 208), de uma divisão entre duas variedades da sua língua, uma formal e escrita e a outra apenas oral.

A nova sensibilidade "sociofilológica" às interações complexas de elementos socioculturais na percepção dos fenômenos linguísticos — especialmente o impacto das normas representacionais da escrita — revela a flexibilidade extrema dos conceitos do que pode constituir uma "língua" e sua dependência de tradições discursivas (Kabatek 2001, 2004a; 2004b; Koch, 1967, 1997) vigentes na sociedade em questão ou, o que chega a ser o mesmo, na metalínguagem do próprio investigador.

Assim, o estudo do processo da criação e difusão do sistema de categorias conceituais metalinguísticas ("língua neolatina" ou "românica" frente à "língua latina") pode nos ensinar muito sobre a importância que têm as normas representacionais para influenciar nossa percepção da complexa realidade linguística em que vivemos. Serve também de advergência para quem empreenda investigar tais fenômenos sobre o quanto é necessário refletir acerca da maneira como vemos o mundo, e analisar detalhadamente as correspondências entre os conceitos com os quais construímos essa visão nossa e a realidade subjacente. Cabe avisar a todo linguista histórico de qualquer comunidade de fala que ele se lembre sempre da frase do escritor inglês L. P. Hartely, que observou na primeira linha do seu romance *The Go-Between* de 1953: "O passado é um país estrangeiro; lá, as coisas são feitas de outro modo".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIZA VIGUERA, M. (1998). Fernando III y el castellano Alfonso, in: BLECUA PERDICES, J. M. et alii (orgs.), *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*, pp. 71-84.
- AUGST, G. (1986). Descriptively and Explanatorily Adequate Models of Orthography, in: AUGST, G. (org.), *New Trends in Graphemics and Orthography*, Berlin: Walter de Gruyter, p. 25-42.
- BANNIARD, M. (1992). *Viva Voce. Communication écrite et communication orale du IV^e au IX^e siècle en occident latin*. Paris: Institut des Études Augustiniennes.
- BERSCHIN, H. & BERSCHIN, W. (1984). Mittellatein und Romanisch. *Zeitschrift für romanische Philologie*, 103, vol. 1/2: 1-19.
- BLAKE, R. J. (1991a). Syntactic Aspects of Latinate Texts of the Early Middle Ages, in: VRIL-GHT, R. (org.), *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 219-232.
- _____. (1991b). Squeezing the Spanish Turnip Dry: Latinate Documents from the Early Middle Ages, in: CRAVENS, T. D. & HARRIS-NORTHLAND, R. (orgs.), *Linguistic Studies in Medieval Spanish*. Madison: Hispanic Seminar for Medieval Studies, p. 1-14.
- _____. (1992). Aspectos sintáticos del español antiguo: la prosa latinizada del *Cartulario de San Millán de la Cogolla*, in: ARIZA VIGUERA, M., CANO AGUILAR, R., MENDOZA ABREU, J. M. & NARBONA JIMÉNEZ, A. (orgs.), *Actas del II Congreso de Historia de la Lengua Española (Sevilla, 1990)*. Madrid: Pabellón de España, 1/2 vols., p. 291-305.
- _____. (1995). El latín notarial de un escriba bilingüe o "hígraro" del XIII, in: PÉREZ GONZÁLEZ, M. (org.). *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval*. 3, p. 463-468.
- _____. (1998). Las glosas de San Millán y de Silos en su contexto sociolinguístico, in: GARCÍA TURZA, C. et alii (orgs.), *Actas del IV Congreso Internacional de la Historia de la Lengua Española*, p. 925-932.
- BLECUA PERDICES, J. M., GUTIÉRREZ CUADRADO, J. & SALA CAJA, L. (orgs.). (1998). *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, Instituto Caro y Cuervo.
- BUSTOS TOVAR, J. J. de (1974). *Contribución al estudio del cultismo léxico medieval. Madrid*: Real Academia Española.
- BYNON, T. (1977). *Historical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DE DARDEL, R. (1965). *Recherches sur le genre roman des substantifs de la troisième declinaison*. Genebra: Droz.
- _____. (1983). *Esquisse structurale des subordonnats conjonctionnels en roman commun*. Geneva: Droz.
- _____. (1996). *À la recherche du protoroman*. Tübingen: Niemeyer.
- ELCOCK, W. D (1975). *The Romance Languages*. Londres: Faber & Faber.
- EMILIANO, A. H. de A. (1991). Latin or Romance? Graphemic Variation and Scripto-Linguistic Change in Medieval Spain, in: WRIGHT, R. (org.), *Latin and the Romance*

- Languages in the Early Middle Ages.* University Park: Pennsylvania State University Press, p. 233-247.
- (1993). Latín y romance y las glosas de San Millán y de Silos: apuntes para un planteamiento grafémico, in: PENNY, R., DEYERMOND, A. & HITCHCOCK, R. (orgs.). *Actas del I Congreso Anglo-Hispano.* Madrid: Junta de Andalucía/Castilla, vol. 1/3 (Lingüística): 235-44.
- (1995). Tradicionalidad y exigencias de realismo en la lengua notarial hispánica (hasta el siglo xii), in: PÉREZ GONZÁLEZ, M. (org.). *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval*, 3: 511-18.
- (1999). O mais antigo documento latino-português (882 AD) — edição e estudo gráfemico. *Verba. Anuario Galego de Filología*, 26: 7-42.
- (2003a). *Latim e romance em documentação notarial da segunda metade do século XI. Análise scripto-lingüística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*. 2 vols. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- (2004). Observações sobre a “produção primitiva portuguesa” a propósito dos dois testemunhos do Testamento de Pedro Fajeté de 1210. *Verba. Anuario Galego de Filología*, 30: 203-34.
- (2003c). Sobre a questão d’os mais antigos textos escritos em português, in: CASTRO, I., DUARTE, I. (orgs.). *Razões e erros: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus pela sua jubilação*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 261-78.
- (2004a). A documentação latino-portuguesa dos séculos ix-x e as origens da escrita portuguesa medieval: considerações gerais e préliminares, in: Fernández Catón, J. M. (org.). *Actas del Congreso Internacional “Orígenes de las lenguas romances en el reino de León, siglos IX-XII”*, 2: 589-616.
- (2004b). A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal: problemas e perspectivas da filologia portuguesa face ao estudo das origens da escrita em português. *Aemilianense. Revista internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances* 1: 33-63.
- EMILIANO, A. H. de A., PEDRO, S. (2004). *De Noticia de Toto. Aspectos paleográficos e scriptograficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido.* *Zetschrift für romanische Philologie* 120: 1-81.
- EWERT, A. (1933). *The French Language*. Londres: Faber & Faber.
- FISHMAN, J. (1967). Bilingualism with and without Diglossia; Diglossia with and without Bilingualism. *Journal of Social Issues*, 23: 29-38.
- FERGUSON, C. A. (1972). *Diglossia. Word*, 15: 325-40, 1959. Reimpressão em GIGLIOLI, P. P. (org.). *Language and Social Context*. Harmondsworth: Penguin Books, p. 232-51.
- GREEN, J. N. (1991). The Collapse and Replacement of Verbal Inflection in Late Latin/Early Romance: How Would One Know?, in: WRIGHT, R. (org.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 83-99.
- HALL JR., R. A. (1950). The Reconstruction of Proto-Romance. *Language* 26: 6-27.
- HALL JR., R. A. (1974). *External History of the Romance Languages*. Nova York: American Elsevier Publishing Company.
- (1976). *Proto-Romance Phonology*. Nova York: American Elsevier Publishing Company.
- HALL JR., R. A. (1983). *Proto-Romance Morphology*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins.
- HARVEY, A. (1990). Retrieving the Pronunciation of Early Insular Scribes: Towards a Methodology. *Celtica* 21: 178-190.
- (1991). Retrieving the Pronunciation of Early Insular Celtic Scribes: the Case of Dorbáne. *Celtica* 22: 48-63.
- HAUGEN, E. (1967). Semicomunication: the Language Gap in Scandinavia, in: LIBERSON, S. (org.). *Explorations in Sociolinguistics*. Haia: Mouton.
- HERMAN, J. (1967). *Le latin vulgaire*. Paris: Presses Universitaires de France [ed. am.: Vulgar Latin. Trad.: R. Wright. University Park: Pennsylvania State University Press, 2000].
- HERMAN, J. (1991). Spoken and Written Latin in the Last Centuries of the Roman Empire. A Contribution to the Linguistic History of the Western Provinces, in: WRIGHT, Roger (org.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 29-43.
- (1992). Sur quelques aspects du Latin mérovingien: langue écrite et parlée, in: ILESCU, M., MARXGUT, W. (orgs.). *Latin vulgaire — latin tardif III. Actes du iii Colloque International sur le latin vulgaire et tardif (Innsbruck, 1991)*. Tübingen: Niemeyer, p. 173-186.
- HOCKETT, C. F. (1968). *The State of the Art*. Haia: Mouton.
- HOENGSWALD, H. M. (1960). *Language Change and Linguistic Reconstruction*. Chicago: Chicago University Press.
- JANSON, T. (1979). *Mechanisms of Language Change in Latin*. Estocolmo: Almqvist & Wiksell International.
- JANSON, T. (1991). Language Change and Metalinguistic Change: Latin to Romance and Other Cases, in: WRIGHT, R. (org.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*. University Park: Pennsylvania State University Press, p. 19-28.
- JANSON, T., TSONOPE, J. (1991). *Birth of a National Language: the History of Setswana in Botswana*. Gaborone: Macmillan.
- KABATEK, J. (2001). ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos, in: JACOB, D. & KABATEK, J. (orgs.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical — pragmática histórica — metodología*. Frankfurt-am-Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, p. 97-132.
- (2004a). Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas, in: LOBO, T. (org.). *Para a história do português brasileiro VI*. Salvador: EDUFBA (texto apresentado no encontro PHPB em Itaparica, Bahia, setembro de 2004, disponível em <http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf/>).

- (2004b). Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: Algunas reflexiones teóricas sobre tradiciones de textos jurídicos en la Edad Media en el medioñil francés y en la Península Ibérica. *Lexis* (Lima); número especial en homenaje a José Luis Rivatrola. Disponible en <http://www.kabatek.de/>/discurso.
- KAYE, A. (1970). Modern Standard Arabic and the Colloquial. *Lingua* 24: 374-391.
- (1972). Remarks on Diglossia in Arabic: Well-Defined Versus Ill-Defined. *Linguistics* 81: 32-48.
- KLOSS, H. (1967). *Abstand Languages and Ausbau Languages. Anthropological Linguistics*, 9,7: 29-41.
- KOCH, P. (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem Sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik, in: FRANK, B., HAVE, T., TOPHINKE, D. (orgs.). *Gattungen mittelalterischer Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, p. 43-79.
- KOLL, H.-G. (1958a). Die französischen Wörter "langue" und "langage" im Mittelalter. *Kölner romanistische Arbeiten* 10. Geneva: Droz.
- (1958b). *Lingua Latina. Lingua Romanica* und die Bezeichnungen für die romanischen Vulgärsprachen. *Estudios Románicos* 6: 95-164.
- LAPESA, R. (1980). *Historia de la lengua española*. Madrid: Gredos.
- LLOYD, P. M. (1991). On the Names of Languages (and Other Things), in: WRIGHT, R. (org.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*. University Park: Pennsylvania State University Press, p. 9-18.
- LÖFSTEDT, E. (1959). *Late Latin*. Oslo: H. Aschehoug & Co.; Londres: Kegan Paul; Trench: Trübner & Co.
- LÜDTKE, H. (1964). Die Entstehung romanischer Schriftsprachen. *Vox Romana* 23: 3-21.
- (1968). *Geschichte des romanischen Wortschatzes*. Freiburg: Rombach.
- MACPHERSON, J. (1975). *Spanish Phonology: Descriptive and Historical*. Manchester: Manchester University Press.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. (1976). *Orígenes del español*. Madrid: Espasa-Calpe.
- MORALA RODRÍGUEZ, J. R. (1998). Norma gráfica y variedades orales en el leonés medieval, in: BLECUA, J. M. et alii (orgs.). *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*, p. 169-187.
- (2004). Norma y usos gráficos en la documentación leonesa. *Aemilianense. Revista internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances* 1: 405-29.
- MORAN, J. (2004). El proceso de creación del catalán escrito. *Aemilianense. Revista internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances* 1: 431-55.
- MÜLLER, H. F. (1923). On the Use of the Expression *Lingua Romana* from the First to the Ninth Century. *Zeitschrift für romanische Philologie* 43: 9-19.
- MÜLLER, B. (1963). Zum Fortleben von LATINU und seinen Verwandten in der Romania. *Zeitschrift für romanischen Philologie* 79: 38-73.

- MÜLLER, K.-L. (1986). LATINU und ROMANUS als Sprachbezeichnungen im frühen Mittelalter. Zu den Anfängen eines romanischen Sprachbewusstseins, in: BURKHARDT, A., KÖRNER, K.-H. (orgs.). *Pragmatax. Akten des 20. Linguistischen Kolloquiums (Braunschweig, 1985)*. Tübingen: Niemeyer p. 393-406.
- NORBERG, D. (1980). *Manuel pratique de latin médiéval*. Paris: A. & J. Picard.
- PEI, M. A. (1932). *The Language of the Eighth Century Texts in Northern France. A Study of the Original Documents in the Collection of Tardif and Other Sources*. Doutorado. Nova York: Columbia University.
- PENSADO RUIZ, C. (1991). How Was Leonese Vulgar Latin Read?, in: WRIGHT, R. (org.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 177-189.
- (1998) Sobre los límites de la mala ortografía en romance. ¿Por qué el inglés fish no se escribe ghoti después de todo?, in: BLECUA, J. M. et alii (orgs.). *Estudios de gramática en el dominio hispánico*, p. 225-41.
- PÉREZ GONZÁLEZ, M. (1995). *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval (León, 1993)*. León: Universidad de León, Secretaría de Publicaciones.
- POPE, M. K. (1956). *From Latin to Modern French with Especial Consideration of Anglo-Norman: Phonology and Morphology*. Manchester: University of Manchester Press.
- PULGRAM, E. (1950). Spoken and Written Latin. *Language* 26: 458-66.
- RICE, C. C. (1909). *The Phonology of Gallic Clerical Latin after the Sixth Century: An Introductory Historical Study Based Chiefly on Merovingian and Carolingian Spelling and on the Forms of Old French Loanwords*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- SAMPSON, R. (org.) (1980). *Early Romance Texts, an Anthology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VAN UYTENGHE, M. (1976). Le latin des hagiographes mérovingiens et la protohistoire du français. *Romanica Gandensia* 16: 5-89.
- (1985). L'hagiographie et son public à l'époque mérovingienne. *Studia Patristica* 16: 54-62.
- (1989). Les expressions du type *quid vulgo vocant* dans des textes latins antérieurs au Concile de Tours et aux Scennets de Strasbourg: témoignages lexicologiques et sociolinguistiques de la "langue rustique romaine"? *Zeitschrift für romanische Philologie* 105: 28-49.
- (1991). The Consciousness of a Linguistic Dichotomy (Latin-Romance) in Carolingian Gaul: The Contradictions of the Sources and of their Interpretation, in: WRIGHT, R. (ed.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 114-29.
- (1999). La diglossie dans les études latino-romaines: concept opérateur ou source de malentendu? (résumé), in: PETERSMANN, H. & KETTEMANN, R. (orgs.), *Latin vulgaris — latin tardif V*, vol. 1: 59-60.

- VÁRVARO, A. (1991). Latin and Romance: Fragmentation or Restructuring?, in: WRIGHT, Roger (org.), *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 44-51.
- WALSH, T. J. (1991). Spelling Lapses in Early Medieval Latin Documents and the Reconstruction of Primitive Romance Phonology, in: WRIGHT, R. (org.), *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, p. 205-218.
- WRIGHT, R. (1976a). Speaking, Reading and Writing Late Latin and Early Romance. *New Philologus* 60: 178-89.
- (1976b). Semicultismo. *Archivum Linguisticum* 7: 13-28.
- (1976c). Pretonic Diphthongs in Old Castilian. *Vox Romantica* 35: 133-143.
- (1981). Late Latin and Early Romance: Alcuin's *De Orthographia* and the Council of Tours (813 A.D.), in: CAIRNS, F. (org.) *Papers of the Liverpool Latin Seminar*, vol. 3. Liverpool; Francis Cairns, p. 343-61 (reimpressão revisada em: WRIGHT, R. (2002), *A Sociophiologal Study of Late Latin*. Turnhout: Brepols, p. 126-46).
- (1982). *Late Latin and Early Romance in Spain and Carolingian France*. Liverpool; Francis Cairns.
- (1988). Latin tardío y romance temprano, 1982-88. *Revista Filológica Española* 68: 257-69.
- (1992). La metalingüística del siglo XII español (y la *Chronica Adelphorum Imperatoris*), in: ARIZA VIGUERA, M. et alii (orgs.), *Actas del II Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española* 2/2: 879-86.
- (1993a). Sociolingüística hispanique (viii^e - vi^e siècles). *Médiévales* 25 (automne): 61-70.
- (1993b). La escritura — ¿foto o disfraz?, in: PENNY, R. (org.). *Actas del I Congreso Anglo-Hispano* 1/3 (Lingüística): 225-34.
- (1993c). Los cambios metalingüísticos medievales, in: HUTY, G., HERMAN, J., WÜEST, J. (orgs.), *Actes du XX^e congrès international de linguistique et philologie romanes* (Zürich, 1992). Tübingen: A. Francke, vol. 2, p. 609-618.
- (1993d). Versatility and Vagueness in Early Medieval Spain, in: MACKENZIE, D., CHAEL, I. (orgs.), *Hispanic Linguistic Studies in Honour of F. W. Holdcroft*. Liangran-nog: Dolphin Books, p. 207-223.
- (1994a). Logographic Script and Assumptions of Literacy in Tenth-Century Spain, in: PARRY, M. M., DAVIES, W. V., TEMPLE, R. A. M. (orgs.), *The Changing Voices of Europe. Papers in Honour of Prof. Glanville Price*. Cardiff: Cardiff University Press, p. 125-35.
- (1994b). *Early Ibero-Romance: Twenty-One Studies on Language and Texts from the Iberian Peninsula between the Roman Empire and the Thirteenth Century*. Newark: Juan de la Cuesta.
- (1996). Latin and Romance in the Castilian Chancery (1180-1230). *Bulletin of Hispanic Studies* 73: 115-28.
- (1997). Translation between Latin and Romance in the Early Middle Ages, in: BEER, J. (org.), *Medieval Translation Theory and Practice*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications/Western Michigan University, p. 7-32.
- (1998). Cambios lingüísticos y cambios textuales, in: BLECUA, J. M. et alii (orgs.), *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*, p. 303-308.
- (1999). Reading a Will in Twelfth-Century Salamanca, in: PETERSMANN, H., KETTEMANN, R. (orgs.), *Latin vulgaris — latin tardif V*, p. 505-516.
- (2000a). The Assertion of Ibero-Romance. *Forum for Modern Language Studies* 36: 231-240.
- (2000b). *El Tratado de Cabreros* (1206): Estudio sociofilológico de una reforma ortográfica. Londres: Department of Hispanic Studies, Queen Mary and Westfield College.
- (2002a). *A Sociophiologal Study of Late Latin*. Turnhout: Brepols.
- (2002b). Léxico romance en los glosarios de San Millán, in: ECHENIQUE ELIZONDO, M. T., SÁNCHEZ MÉNDEZ, J. P. (orgs.), *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española* (Valencia, 2000). Madrid: Gredos, vol. 2, p. 2421-2426.
- (2004a). La representación escrita del romance en el reino de León entre 1157 y 1230, in: FERNÁNDEZ CATÓN, J. M. et alii (orgs.), *Orígenes de las lenguas romances en el reino de León, siglos IX-XII*, vol. 1, p. 273-293.
- (2004b). El romance: ¿Nuevo sistema, o nueva colección de rasgos? *Asimilación. Revista Internacional sobre la Génesis y los Orígenes Históricos de las Lenguas Romanes* 1: 665-687.
- (2005). El léxico y la lectura oral, *Revista de filología española* 85. 1: 133-149.

